

Relatório das Oficinas On-line do Fórum Nacional da Reforma Urbana

Link para as gravações: [Gravação das oficinas](#)

Construindo posicionamentos e propostas para a PNDU e as Conferências das Cidades

Entre os dias 13 de maio e 05 de junho de 2025 foram realizadas quatro oficinas colaborativas, com duração de 2h cada uma, que promoveram um espaço de debate e construção coletiva para fortalecer o posicionamento político e as propostas do Fórum Nacional da Reforma Urbana no contexto das Conferências das Cidades e da formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) pelo Ministério das Cidades.

Participaram dos encontros movimentos populares, organizações da sociedade civil, pesquisadores e demais integrantes do FNRU, que contribuíram para o fortalecimento da articulação entre diferentes sujeitos da luta pelo direito à cidade.

OFICINA 1 - PNDU sob perspectiva interseccional (objetivos, princípios, diretrizes e definições): escopo, temas e qual PNDU vamos disputar, considerando o contexto atual do Congresso Nacional

Data: 13 de maio - 19h às 21h

Moderação: Rodrigo Iacovini (Instituto Pólis)

Análise inicial: Gisele Brito (Instituto Peregrum)

Link da oficina: [Oficina 1.mp4](#)

1. OBJETIVOS

- Analisar os objetivos e princípios da PNDU a partir de uma abordagem interseccional, considerando gênero, raça, classe, território e outros marcadores sociais;
- Construir até 10 propostas do FNRU para o tema;
- Pactuar até 2 prioridades inegociáveis do FNRU no tema.

2. CONTEÚDO E DISCUSSÕES

- Urgência de enfrentar o racismo estrutural nas políticas urbanas e no planejamento das cidades;

- Necessidade de dados racializados e instrumentos que preservem o perfil racial das comunidades;
- Estratégias de apresentação da proposta ao Ministério das Cidades e ao Congresso Nacional.

A partir dos apontamentos foram levantados alguns pontos:

Questão 1: “Quais são os pontos chave para que a PNDU avance rumo a um desenvolvimento urbano justo, feminista, antirracista e periférico e como garantir que os planos promovam o direito à cidade sob uma perspectiva interseccional e contemplem justiça socioambiental e climática?”

- A incorporação de uma perspectiva interseccional e antirracista como eixo estruturante da PNDU, com o enfrentamento do racismo estrutural nas políticas urbanas, a produção e uso de dados racializados e a criação de instrumentos que garantam a permanência das comunidades negras em processos de reurbanização;
- Uma garantia da participação efetiva de grupos historicamente marginalizados a partir do fortalecimento da participação popular em conselhos e instâncias decisórias;
- Inclusão de raça e gênero como eixos obrigatórios nos objetivos da política e nas atribuições do Conselho das Cidades;
- Criação de instrumentos específicos para cidades pequenas e médias, respeitando a diversidade territorial brasileira e adaptando os marcos urbanísticos à realidade local;
- Fortalecimento dos Conselhos Municipais levando em consideração a valorização da gestão democrática local;
- Incentivo à ampliação da participação social nos conselhos;
- Reestruturação do modelo de cidade, com enfoque em justiça socioambiental e climática, justiça racial, de gênero e LGBTQIAPN+ e inclusão de pessoas com deficiência;
- Resgate e reativação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano, com vistas a garantir recursos estáveis para a implementação da PNDU;
- Revisão do intervalo de tempo para atualização dos planos diretores, tornando esse processo mais ágil e adaptável às transformações urbanas.

3. ENCAMINHAMENTOS

- Incluir estratégias claras de implementação e monitoramento, incluindo versões da proposta em diferentes níveis de detalhamento;
- Divulgação e construção da proposta com maior escuta pública.

OFICINA 2 - Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano: integração de políticas para o direito à cidade

Data: 15 de maio - 19h às 21h

Moderação: Rodrigo Iacovini (Instituto Pólis)

Análise inicial: Nelson Saule (Instituto Peregum) e Lívia Miranda (Observatório das Metrópoles)

Link da oficina:  Oficina 2.mp4

1. OBJETIVOS

- Discutir a proposta de Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU), sua centralidade para o FNRU e pontos prioritários.
- Construir até 10 propostas do FNRU para o tema.
- Pactuar até 2 prioridades inegociáveis do FNRU no tema.

2. CONTEÚDO E DISCUSSÕES

- Fortalecimento da governança urbana, com foco na justiça territorial, na participação social e na articulação federativa;
- Fundamentos legais da coordenação entre entes federativos e a diversidade territorial do Brasil como desafio e orientação para a política urbana.

A partir dos apontamentos feitos pelos participantes em conjunto com a coordenação, foram levantados alguns pontos:

Questão 1: No que a proposta de Sistema poderia avançar?

- Fortalecimento do papel deliberativo dos conselhos das cidades, especialmente na definição e controle do orçamento da política urbana;
- Inclusão de responsabilidades administrativas para gestores públicos que não aplicarem os instrumentos do sistema urbano;
- Incorporação da diversidade territorial e social nos critérios de regionalização e de formulação de políticas públicas;
- Reconhecimento de saberes e práticas locais, como no uso de materiais em moradias ribeirinhas, no planejamento ambiental e na gestão de riscos;

- Atualização dos conceitos legais de urbano e cidade, para contemplar realidades diversas e garantir maior efetividade aos planos diretores;
- Criação de instrumentos específicos para cidades pequenas e médias, que hoje são invisibilizadas pelas normativas urbanas.
- Estabelecimento de mecanismos de mediação e cooperação intergovernamental, com articulação interministerial estruturada;
- Aprimoramento da formação técnica e institucional, com apoio técnico permanente para os municípios.

Questão 2: Quais os pontos fundamentais de defesa na proposta de Sistema do FNRU?

- Levar o direito à cidade como eixo estruturante do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- Incorporar a centralidade da participação social e dos conselhos das cidades na governança urbana;
- Territorialização das políticas públicas urbanas, respeitando as dinâmicas locais e regionais;
- O fortalecimento dos instrumentos de planejamento e gestão democrática do território;
- A promoção da justiça territorial, com prioridade para os territórios vulnerabilizados;
- A mediação de conflitos urbanos e o combate às desigualdades estruturais.

3. ENCAMINHAMENTOS

- Redigir proposta de regras para conselhos e estudar a responsabilização de gestores (Nelson)
- Avançar na integração de bacias hidrográficas e enviar apresentação ao grupo.

OFICINA 3 - Financiamento da PNDU: recursos para uma política transformadora

Data: 05 de junho - 19h às 21h

Moderação: Rodrigo Iacovini (Instituto Pólis)

Análise inicial: Luciana Royer

Link da oficina:  Oficina 3.mp4

1. OBJETIVOS

- Avaliar os mecanismos de financiamento propostos para a PNDU
- Construir até 10 propostas do FNRU para garantir recursos sustentáveis e acessíveis
- Pactuar até 2 prioridades inegociáveis do FNRU sobre o tema.

2. CONTEÚDO E DISCUSSÕES

A partir das questões chave apresentadas na oficina, foram levantados alguns pontos:

Questão 1: Quais fontes de financiamento devem ser priorizadas ou criadas?

- Foi discutida a Importância do FGTS para infraestrutura urbana e habitação, complementando com um ponto de atenção sobre o recurso estar próximo do limite de capacidade, indicando a necessidade de diversificar ou ampliar fontes.
- Foi discutido também o uso do orçamento geral da União, fundos de participação de estados e municípios e até o papel do Banco dos BRICS como alternativas ou complementos de financiamento.
- A proposta de reformulação de um fundo existente do governo Geisel, ao invés de criar um novo, também se relaciona diretamente a essa discussão de fontes viáveis.

Questão 2: Quais os limites e possibilidades da proposta de Fundo?

- Houve debate sobre diferenças entre FDS e FAR, mostrando as restrições e flexibilidades de cada um.
- Discussão sobre reativação do FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social) versus criação de um novo fundo, apontando riscos de centralização excessiva e a necessidade de governança clara
- Luciana e outros participantes destacaram que não é viável simplesmente aumentar os recursos como no passado — é necessário melhorar a articulação, transparência e integração entre fundos.:

3. ENCAMINHAMENTOS

- Consolidar lista de propostas do FNRU para o financiamento da PNDU
- Pactuar as prioridades centrais a serem defendidas pelo Fórum em espaços de articulação e incidência.

OFICINA 4 - Participação política efetiva na PNDU

Data: 22 de maio - 19h às 21h

Moderação: Marcelo Edmundo (CMP)

Análise inicial: Orlando Jr. (Observatório das Metrôpoles)

Link da oficina:  Oficina 4.mp4

1. OBJETIVOS

- Fortalecer os mecanismos de participação na PNDU
- Construir até 10 propostas do FNRU relacionadas à participação
- Pactuar até 2 prioridades inegociáveis do FNRU sobre participação

2. CONTEÚDO E DISCUSSÕES

A partir das questões chave apresentadas na oficina, foram levantados alguns pontos:

Questão 1: Como garantir que a participação social seja efetiva e vinculante na PNDU?

- Marcelo e Orlando discutiram o fortalecimento da gestão democrática da cidade, criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e ampliação do Conselho Nacional das Cidades, com mais atribuições deliberativas, mecanismos centrais para garantir participação com poder real de decisão.
- Foi enfatizado o enfrentamento das desigualdades de gênero e raça, mostrando que participação vinculante também precisa ser inclusiva e representativa.
- Foi proposto um sistema de credenciamento para garantir que estados e municípios adotem essas estruturas participativas, tornando-as obrigatórias.

Questão 2: Quais propostas são fundamentais para garantir voz ativa da sociedade civil nos processos decisórios?

- Debateram a capacidade de mobilização e capacitação da sociedade, com sugestão de oficinas locais para difundir informações e fortalecer o controle social.
- A discussão sobre conselhos urbanos em níveis estadual e municipal, adaptados às realidades locais, também aparece como proposta para aproximar a sociedade civil das decisões.
- A importância de não limitar a participação apenas a conselhos formais, mas também incluir novas formas de organização e movimentos urbanos emergentes.
- Foram sugeridas medidas como planos de curto, médio e longo prazo e inserção de temas urbanos nos currículos escolares para criar uma cultura de participação cidadã desde cedo.

3. ENCAMINHAMENTOS

- Criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e ampliação do Conselho Nacional das Cidades.
- Oficinas locais para difundir informações e fortalecer o engajamento.
- Possibilidade de conselhos urbanos em níveis estaduais e municipais.
- Planos de curto, médio e longo prazo e inserção temas urbanos nos currículos escolares.